

# Nascimento do neoliberalismo na educação brasileira

*The emergence of neoliberalism in brazilian education*

## Haroldo de Resende

Universidade Federal de Uberlândia, Brasil  
[haroldoderesende@ufu.br](mailto:haroldoderesende@ufu.br)

**Resumo:** Tendo aporte nas reflexões de Michel Foucault acerca da arte liberal de governar como quadro geral da biopolítica e do neoliberalismo como um modo de conduzir os indivíduos, propõe-se uma genealogia do neoliberalismo na educação brasileira para explorar a hipótese de que a racionalidade neoliberal se instaura no pensamento educacional brasileiro já na década de 1970, diferentemente do que é consagrado no campo das políticas educacionais como tendo surgido na década de 1990. Para isso, são focalizadas relações acadêmico-teóricas estabelecidas entre o economista anarcocapitalista Theodore William Schultz e o brasileiro Carlos Geraldo Langoni, cujas formulações introduzem o neoliberalismo no debate educacional brasileiro, ampliando o conceito de capital, de modo a englobar a formação educacional como investimento para o desenvolvimento econômico.

**Palavras-chave:** neoliberalismo; educação brasileira; capital humano; Theodore W. Schultz; Carlos G. Langoni.

**Abstract:** Based on Michel Foucault's reflections on the liberal art of governance as a general framework for biopolitics and neoliberalism as a mode of guiding individuals, this study proposes a genealogy of neoliberalism in Brazilian education to explore the hypothesis that neoliberal rationality was established in Brazilian educational thought as early as the 1970s, contrasting with the dominant view in educational policy that it only emerged in the 1990s. To this end, the study focuses on the academic-theoretical relationships between the anarcho-capitalist economist Theodore William Schultz and the Brazilian scholar Carlos Geraldo Langoni, whose contributions introduced neoliberalism into the Brazilian educational debate by expanding the concept of capital to encompass educational training as an investment for economic development.

**Keywords:** neoliberalism; Brazilian education; human capital; Theodore W. Schultz; Carlos G. Langoni.

Fecha de recepción: 01/11/2024. Fecha de aceptación: 05/12/2024.

Haroldo de Resende, brasileiro, doutor em Educação: História, Política, Sociedade, pela PUC-SP (Brasil), pós-doutor em Filosofia, também pela PUC-SP, Professor Titular na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia. Organizador dos livros *Michel Foucault: a arte neoliberal de governar e a educação* (Ed. Intermeios, 2018) e *Michel Foucault: a política neoliberal como guerra continuada* (Ed. Pontes, 2024).

Texto apresentado no Colóquio Michel Foucault: 40 anos depois - edição São Carlos - Brasil, ocorrido de 22 a 24 de outubro de 2024 na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) com o tema central Entre continuidades e descontinuidades: capitalismo, modernidade e neoliberalismo na trajetória de Foucault.

## 1. Introdução

Considerando a arte liberal de governar como quadro geral da biopolítica e, ao mesmo tempo, entendendo o neoliberalismo como uma prática, como um modo de fazer guiado pela definição de objetivos e por uma contínua reflexão sobre a vida, o que se propõe neste estudo é a efetivação de uma genealogia do neoliberalismo na educação brasileira para explorar a hipótese de que a racionalidade neoliberal se instaura no pensamento educacional brasileiro, pelo menos duas décadas antes do marco temporal consagrado no campo de estudos das políticas educacionais que corresponde ao início da década de 1990.

Para isso, são focalizadas relações acadêmico-teóricas estabelecidas entre o economista americano, ganhador do Prêmio Nobel de economia no ano de 1979, Theodore William Schultz, ligado à Escola de Chicago, *locus* de desenvolvimento do pensamento neoliberal nos Estados Unidos, e seu orientando, o brasileiro Carlos Geraldo Langoni, cujas formulações introduzem o neoliberalismo no debate educacional brasileiro, difundindo e reverberando conceitos típicos da Escola de Chicago no campo da educação no Brasil, o que consistia, grosso modo, na ampliação do conceito de capital, de modo a englobar a formação educacional escolarizada como investimento, constituindo o designado capital humano, preceito norteador do neoliberalismo na educação como insumo para o desenvolvimento econômico.

Além desta introdução, cujo objetivo é apresentar os propósitos gerais do estudo e das considerações finais, o texto é composto por outras quatro partes. Na primeira, é discutida a aplicação da racionalidade mercantil em áreas não pertencentes à economia, especialmente na educacional, ampliando o conceito de capital e o raio de ação da lógica econômica para a formação humana, fazendo dessa lógica a programação do comportamento individual. Em seguida, é abordado o conceito de capital humano elaborado por Schultz e analisado por Foucault naquilo que concerne à sua constituição e acumulação como investimento no homem para rendimentos futuros pela alocação do sujeito no campo da economia. Na terceira parte, a discussão recai sobre a correlação entre as teses sobre capital humano formuladas pelo anarcocapitalista Schultz e as análises desenvolvidas, como uma espécie de prolongamento dessas análises, pelo seu discípulo brasileiro Langoni a respeito de investimentos diversos dos convencionais para o desenvolvimento econômico. Na quarta parte, a partir da noção de governamentalidade, é feita uma análise sobre o estudo desenvolvido por Langoni a respeito da realidade brasileira, como projeção da população na grade de inteligibilidade neoliberal. Por fim, em sentido de conclusão, são tecidas considerações que apontam o surgimento da racionalidade neoliberal na educação brasileira na década de 1970, do século XX, pela instituição discursiva do “trabalho educado”.<sup>1</sup>

---

1 SCHULTZ, Theodore W. *O capital humano: investimentos em educação e pesquisa*. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1973, 17.

## 2. A economia neoliberal como programação do comportamento individual

Para Michel Foucault a arte liberal de governar, como moldura geral da biopolítica, não deve ser analisada como uma teoria político-econômica, uma ideologia estatal ou uma representação social; mas como uma prática, como um modo de fazer que se orienta pela definição de objetivos e, ao mesmo tempo, se regula por uma contínua reflexão. A análise do liberalismo, em suas diferentes vertentes, deve se efetivar, pois, considerando-o como princípio e como método de racionalização do exercício de governo entendido como o conjunto de técnicas e procedimentos voltados para a direção da conduta dos homens.

O ponto de partida da racionalização do liberalismo é o postulado de que o governo não poderia ser a sua própria finalidade, uma vez que não traz consigo a sua razão de ser e a maximização de seus efeitos, ficando, portanto, interdito de ser o seu próprio princípio de regulação. Desse modo, o plano de análise da razão governamental do liberalismo, traçado por Foucault no curso *Nascimento da biolítica* trata dos tipos de racionalidade utilizados nos procedimentos através dos quais se conduz a conduta da população.

Acompanhando Pierre Dardot e Christian Laval, é plausível dizer, que uma racionalidade política é uma racionalidade governamental, cujo movimento é a estruturação e organização tanto da ação condutora dos governantes como da conduta dos governados.

O termo racionalidade não é empregado aqui como um eufemismo que nos permite evitar a palavra “capitalismo”. O neoliberalismo é a razão do capitalismo contemporâneo, de um capitalismo desimpedido de suas referências arcaizantes e plenamente assumido como construção histórica e norma geral de vida.<sup>2</sup>

Ao longo de seu ensino no *Collège de France*, a única incursão investigativa de Foucault na história contemporânea foi realizada no curso *Nascimento da biopolítica*, em que ele faz um diagnóstico da crise de governamentalidade característica da atualidade, explorando revisões na arte de governar liberal operadas pelas duas grandes escolas neoliberais, o ordoliberalismo alemão e o anarcoliberalismo americano que, além de participarem de um mesmo projeto de refundação do liberalismo também representam modos distintos de “crítica da irracionalidade própria do excesso de governo e como um retorno a uma tecnologia de governo frugal”.<sup>3</sup>

Em linhas gerais o neoliberalismo alemão ressalta a lógica da pura concorrência no campo econômico, da mesma forma em que o mercado, por meio de intervenções estatais, deve enformar a sociedade, indexando-a ao jogo empresarial.

2 DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. Boitempo, São Paulo, 2016, 17.

3 FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica*. Martins Fontes, São Paulo, 2008, 437.

O neoliberalismo americano, por sua vez, busca a ampliação da racionalidade mercantil em campos considerados como não pertencentes à economia. De um lado se situa, então, a teoria da *política de sociedade* e, de outro, a teoria da *generalização econômica*.

Foucault aponta, na *Aula de 14 de março de 1979*, do curso *Nascimento da biopolítica*, que um dos elementos que distinguem o neoliberalismo americano, nessa generalização econômica, é justamente a teoria do capital humano como um modo de pensamento, como um gradiente de decifração histórica e sociológica, o que equivale tomar o anarcocapitalismo como imaginação, como pensamento, como estilo geral de análise, diferentemente de tomá-lo simplesmente como uma alternativa técnica de governo. Ora, Foucault observa que há uma mutação epistemológica nas análises neoliberais em relação à análise econômica clássica, uma vez que se modifica o modo de percepção do objeto e do campo geral de referência da economia. Se, de modo geral, até o início do século XX a análise econômica, indicando a dependência da produção de bens à terra, ao capital e ao trabalho, levava em conta o estudo dos mecanismos de produção, o sistema de trocas e as relações de consumo no âmbito de uma determinada estrutura social, para o neoliberalismo a análise econômica deveria considerar a natureza e os desdobramentos daquilo que se denomina opções substituíveis, de modo que se trata do estudo da forma como os indivíduos devem alocar recursos raros para fins que são alternativos.

Nessa perspectiva a economia é vista como ciência do comportamento humano, na medida em que esse comportamento se torna uma relação entre fins e meios raros cujas utilizações se excluem mutuamente, de maneira que a análise recai sobre o cálculo que faz com que o indivíduo, em face de determinados recursos escassos decida atribuí-los a um fim e não a outro, de forma que o importante é o comportamento do indivíduo e a racionalidade interna desse comportamento. Ou seja, não se deve cogitar analisar relações entre mecanismos ou processos de investimentos, capital, produção. “A economia já não é, portanto, a lógica histórica de processo, é a análise da racionalidade, da programação estratégica da atividade dos indivíduos”.<sup>4</sup>

Foucault destaca que, na crítica feita pelo neoliberalismo à economia clássica é apontado que o trabalho jamais havia sido propriamente considerado na análise econômica, tendo sido neutralizado até então e mantido restrito à sua variável temporal, quer dizer, o trabalho era apenas medido em termos quantitativos em relação às horas trabalhadas ou ao número de trabalhadores. Desse modo, o neoliberalismo repõe o trabalho na grade analítica da economia na perspectiva do indivíduo trabalhador, o que interessa, portanto, é estudar o trabalho como conduta econômica, calculada e praticada como uma atividade racionalizada.

---

<sup>4</sup> FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica*. Martins Fontes, São Paulo, 2008, 307.

Nessa análise Foucault aponta que o salário não é o preço da venda da força de trabalho; mas uma renda que, por sua vez, não é outra coisa senão o produto de um capital. De maneira inversa, o capital passa a ser tudo aquilo que, de alguma forma, poderá se tornar uma fonte de renda, sendo constituído pelo conjunto de aspectos físicos e psicológicos que configuram a competência do indivíduo para receber seu salário. Nesse sentido, a análise econômica indica que o trabalho, assim decomposto, na perspectiva do trabalhador, contém um capital cuja aptidão capacita o acesso à renda, ao ganho, em termos salariais.

Com essa decomposição do trabalho em capital e renda, ou melhor, sendo o capital definido como aquilo que possibilita renda no futuro, como algo que pode se tornar salário, Foucault observa que, para a neo-economia, não se trata de um capital como os outros. Ora, esse capital que torna o trabalhador competente é inseparável do indivíduo que é seu próprio portador.

Em outras palavras, a competência do trabalhador é uma máquina, sim, mas uma máquina que não se pode separar do trabalhador, o que não quer dizer exatamente, como a crítica econômica, ou sociológica, ou psicológica dizia tradicionalmente, que o capitalismo transforma o trabalhador em máquina e, por conseguinte, o aliena. Deve-se considerar que a competência que forma um todo com o trabalhador é, de certo modo, o lado pelo qual o trabalhador é uma máquina, mas uma máquina entendida no sentido positivo, pois é uma máquina que vai produzir fluxos de renda.<sup>5</sup>

Para Foucault, há no neoliberalismo, portanto, um retorno ao *homo economicus* como grade de decifração das atividades econômicas, de modo muito diferente daquele do ponto de vista clássico, parceiro da troca a partir da problemática das necessidades, mas como um *homo economicus* empresário de si mesmo. O capital, indissociável do indivíduo que o detém será o gerador, ou pelo menos, aquilo que possibilita a geração de remuneração como renda. Logo, trata-se do capital-competência, da competência-máquina ou, simplesmente, do capital humano.

### 3. O capital humano na razão neoliberal americana

Um dos economistas americanos arregimentadores da reflexão econômica do liberalismo abordados na análise realizada por Foucault sobre a nova razão liberal é Theodore William Schultz<sup>6</sup>. Uma das principais teses por ele defendida no

5 FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica*. Martins Fontes, São Paulo, 2008, 309.

6 Professor de Economia da Universidade de Chicago de 1946 a 1974. Em 1979, recebeu o Prêmio Nobel de Economia por seu trabalho em teoria do capital humano e desenvolvimento econômico. Entre os anos de 1950 e 1960 publicou vários artigos em revistas especializadas que foram compilados e publicados em forma de livro, em 1971, nos Estados Unidos, sob o título *Investment in Human Capital: the role of education and of research*. Dois anos depois, em 1973, com o título "O capital humano: investimentos em educação e pesquisa", a tradução desse livro é publicada no Brasil.

livro *Capital humano: investimentos em educação e pesquisa* é que o pensamento econômico havia negligenciado a análise do investimento no homem. Sua argumentação parte da constatação de uma espécie de defasagem entre o que chama de economia moderna e a teoria econômica clássica. Segundo ele, haveria um mistério a envolver o desenvolvimento econômico moderno, um enigma que deveria desvendar a *abundância moderna*, cujo investimento nas pessoas seria a chave de decifração: “Mas o que não se conhece são os custos e os rendimentos relativos às capacidades e às técnicas que se tomam como fatores responsáveis pela abundância de uma economia moderna”.<sup>7</sup>

Dessa forma, a reflexão econômica empreendida por Schultz — e analisada por Foucault oito anos mais tarde — sustenta que o conceito tradicional de capital se apresentava inadequado e até mesmo ultrapassado, mesmo porque em tal conceito admitia-se a homogeneidade universalizante do capital, em detrimento de sua vasta heterogeneidade. Ora, para o neo-economista deveria haver a ampliação desse conceito de modo que fosse possível englobar a realidade do capital ligado ao investimento no homem. Tratava-se de explorar “o papel das capacidades adquiridas dos agentes humanos como uma fonte mais importante dos ganhos de produtividade não explicados”<sup>8</sup>. Ou seja, a análise deveria recair sobre os investimentos no homem, entendendo que deveria haver a aquisição de capacidades pela utilização de recursos raros. Desse modo, buscando apontar oportunidades e esclarecer os processos de investimento no capital humano Schultz considera, principalmente, o campo da educação formal (e da pesquisa), de tal sorte que suas proposições se dirigem, prioritariamente, segundo ele mesmo, àqueles que têm o poder de decidir sobre investimentos nesse campo: estudantes, professores, pais de alunos, dirigentes acadêmicos, instituições educacionais.

A noção de capital com a qual Schultz opera consiste em entidades que apresentam a capacidade econômica de prestar serviços futuros dotados de valores determinados, o que implica na classificação do capital em humano e não-humano, sendo que o traço distintivo do capital humano é que ele faz parte do homem, configura-se no homem e, ao mesmo tempo é capital porquanto é uma fonte de futuras satisfações e futuros rendimentos, como observa Foucault em sua discussão sobre o neoliberalismo de Schultz, quando se refere ao trabalho decomposto em capital e renda.

O capital humano, não pode ser vendido, nem comprado; mas, pode ser adquirido por intermédio de investimentos no próprio indivíduo, de modo que nenhum sujeito pode se separar do capital humano de que é possuidor. A implicação mais direta dessa inseparabilidade entre o capital e o indivíduo que o detém é a noção mesma do indivíduo como titular de sua própria formação

---

7 SCHULTZ, Theodore W. *O capital humano: investimentos em educação e pesquisa*. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1973, 11.

8 SCHULTZ, Theodore W. *O capital humano: investimentos em educação e pesquisa*. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1973, 7.

educacional, como aquele que detém em si mesmo o conhecimento de forma individual e intransferível e que o transforma em máquina competente, máquina no sentido positivo de produção, como Foucault problematiza, dado que essa transformação em máquina corresponde à possibilidade de produção de fluxos de renda.

Estabelece-se, por isso, a distinção entre o capital humano e o capital não-humano que acaba por explicar os comportamentos ligados à formação e à utilização dessas duas formas de capital. Particularmente, em relação à formação educacional como fator de constituição do capital humano, Schultz afirma que o consumo da educação pode ser tanto habitual, para a satisfação do consumidor no momento presente, como também pode ser para o incremento de rendimentos futuros, na medida em que faz progredir a capacitação dos indivíduos, de modo que a projeção do investimento educacional se compõe tanto por um consumo futuro, como por futuros rendimentos. Nessa perspectiva, ele afirma:

A educação tornou-se uma fonte de maior importância para o crescimento econômico ao conquistar a abundância que terá de haver, ao desenvolver uma agricultura e uma indústria modernas. Simplesmente não seria possível ter-se tal abundância se as pessoas fossem predominantemente analfabetas ou sem capacitação técnica. A educação, por conseguinte, além do acréscimo em apresentar altos valores culturais, é efetivamente também um investimento nas pessoas, à medida que aperfeiçoa as suas capacitações e portanto aumenta os futuros rendimentos a serem auferidos pelos indivíduos.<sup>9</sup>

#### 4. Capital humano, educação e crescimento econômico no Brasil

Na esteira dessas formulações sobre a educação como investimento para o capital humano o economista brasileiro Carlos Geraldo Langoni<sup>10</sup>, sob orientação de Schultz, em 1970, defende na Universidade de Chicago, para obtenção do grau de

9 SCHULTZ, Theodore W. *O capital humano: investimentos em educação e pesquisa*. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1973, 60.

10 Formou-se em Economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1966. No ano seguinte fez o curso de extensão em Planejamento Econômico no Centro de Treinamento para o Desenvolvimento Econômico Social (Cendec), do Ministério do Planejamento, através do qual foi contemplado com uma bolsa da Fundação Ford para desenvolver estudos em Chicago, tornando-se, em 1970, o primeiro brasileiro a obter doutorado em Economia na Universidade de Chicago. Lecionou no Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo, onde estruturou o programa de Pós-Graduação e a Revista de Estudos Econômicos, lecionou também na Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas, onde também exerceu o cargo de diretor. Em 1979, assumiu a Diretoria da Área Bancária do Banco Central, ocupando no ano seguinte a presidência dessa instituição e permanecendo no cargo até setembro de 1983. No setor privado, foi diretor Executivo do grupo NM Rothschild no Brasil, entre 1989 e 1997. Participou ativamente do processo de privatizações realizado durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, especialmente nas privatizações da Vale do Rio do Doce e Embraer. Publicou várias obras, destacando-se *Distribuição de renda e desenvolvimento econômico do Brasil* (1973), *A economia da transformação* (1978) e *Brasil: a retomada do desenvolvimento econômico* (1995). Vitimado pela covid-19, morreu em 13 de junho de 2021, aos 76 anos de idade, no Rio de Janeiro, após mais de 6 meses de internação.

Ph. D. em Economia, a tese intitulada *The Sources of Brazilian Economic Growth*<sup>11</sup>, publicada no Brasil, em 1974, com o título “As causas do crescimento econômico no Brasil”, inaugurando um debate sobre a relação entre educação e crescimento econômico. Sua pesquisa buscou examinar o papel que, no Brasil, fatores diversos dos investimentos convencionais em capital físico, poderiam desempenhar no processo de desenvolvimento, de modo que sua reflexão econômica recaia, sobretudo, sobre a acumulação do capital humano, principalmente pela via educacional.

Paralelamente às análises das diferentes abordagens da questão do crescimento, assim como Schultz, seu orientador, Langoni reconhece a necessidade de transformação do conceito de capital e também, portanto, a do de investimento. Ora, para ele, o investimento apresentava um efeito multiplicador da renda, também aumentando a capacidade da economia para a produção de bens e serviços, além, de melhorar o nível de conhecimento, de modo que, mantendo essas três funções, ele amplia o conceito de investimento para que a educação fosse incluída, ao mesmo tempo em que elimina a hipótese de que o crescimento tecnológico estaria sujeito ao aumento constante da taxa de investimento bruto.

Logo, a reflexão de Langoni se baseia na ideia de acumulação generalizada do fator capital, segundo a qual predominava a heterogeneidade e a pluralidade de dimensões desse fator na economia. Além disso, ampliava a consideração do problema da alocação de recursos — conforme a análise de Foucault sobre a teoria de Schultz e nas próprias reflexões de Schultz anteriormente apontadas neste texto — que corresponderia, nessa abordagem, ao capital humano em contraposição ao capital físico.

Langoni ao apresentar os resultados de sua pesquisa, especialmente com relação ao aspecto da rentabilidade dos investimentos em educação no Brasil, assevera que “Na moderna teoria do crescimento econômico de maximizar o produto real, em qualquer momento no tempo, pode ser considerado em termos bastante gerais, como sendo uma questão de alocação dos recursos agregados entre capital físico e capital humano”<sup>12</sup>. Nessa perspectiva a taxa de retorno considerada é aquela que iguala o valor presente dos custos de educação com o valor presente dos benefícios.

Por isso, na sua argumentação, o elemento crítico nas taxas de retorno são as estimativas dos perfis de rendimentos. Tais perfis atendiam, na sua análise, tanto ao propósito de geração dos benefícios, como da grande parcela dos custos educacionais. À título de ilustração, pode-se citar as estimativas dos perfis de rendimentos por idade que Langoni examina. Para ele, os salários apresentavam

11 O trabalho de Carlos Geraldo Langoni é o primeiro cuja análise recaia sobre todo o território brasileiro com estimativas que recobrem dois períodos distintos, 1960 e 1969. Os dados utilizados para a análise do primeiro período foram estimados a partir da amostra de 1,27% do Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e, para o ano de 1969, as informações foram extraídas da Pesquisa Nacional de Domicílios, também do IBGE, sendo que a primeira amostra incluiu 250.000 pessoas aproximadamente e a segunda 150.000. Em função da extensão das duas amostras, Langoni trabalha com a renda média calculada a partir dos dados originais.

12 SCHULTZ, Theodore W. *O capital humano: investimentos em educação e pesquisa*. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1973, 84.



crescimento com a elevação do nível de educação, ou seja, no âmbito de cada nível de escolarização a tendência era de subida do salário, acompanhando a idade e atingindo um ápice para, em seguida, apresentar queda<sup>13</sup>. Com isso, a *tendência* também era que com o nível de educação se elevando aumentasse a taxa de crescimento. Logo, “A diferença em níveis reflete a idéia Têfundamental da teoria do capital humano, de que a educação aumenta a produtividade do indivíduo”<sup>14</sup>.

Assim, para Langoni ficava claro o papel fundamental da educação no desempenho do crescimento econômico do Brasil se se comparasse as taxas de retorno para a educação com as de retorno para o capital físico. Lógico que nessa comparação o que estava em jogo na taxa de retorno para a educação era o capital humano expandido pela formação escolar. Considerando os períodos analisados na pesquisa, Langoni apontou que a rentabilidade média dos investimentos educacionais no Brasil foi de 28% ao ano. Em contrapartida, para a taxa social líquida, o limite de retorno do capital físico havia sido de 16%. Essa comparação o levou a afirmar que “Em princípio, então, o produto real pode ser aumentado com uma mudança na tendência dos investimentos em direção à maior acumulação de capital humano”<sup>15</sup>.

Uma dificuldade que Langoni aponta, com base nos dados levantados em seu estudo foi a de antever o ajuste necessário da oferta de trabalho de qualidade variada à demanda, ao mesmo tempo, reconhece a ocorrência de desajustamentos pela necessidade de adaptação do produto que adviria do campo educacional às necessidades do setor econômico. Por causa disso, o economista entende que a política educacional deveria ter, como um de seus principais objetivos, a minimização desses desequilíbrios, o que o levou a fazer a seguinte proposição:

Em termos [sic] bem gerais a solução ótima é deixar as características da mão-de-obra de uma certa qualidade ser definida pelo mercado, evitando-se a especificação antecipada ao nível do setor educacional. Em outras palavras, ao invés da profissionalização ao nível da educação formal, deveríamos procurar formar indivíduos dentro de categorias mais amplas, deixando ao mercado (e particularmente às empresas [sic]), a compatibilização dessa formação com outros recursos existentes, principalmente sob a forma de treinamento no local de trabalho ou pelo financiamento de cursos de especialização de curta duração.<sup>16</sup>

13 Esse aspecto da obsolescência da máquina que se constitui pela junção trabalhador-competência, também passa pela crítica que Foucault realiza: [...] *a máquina vai ao longo de um período de tempo, ser remunerada por uma série de salários que [...] vão começar sendo salários relativamente baixos no momento em que a máquina começa a ser utilizada, depois vão aumentar, depois vão diminuir com a obsolescência da própria máquina ou o envelhecimento do trabalhador, na medida em que ele é uma máquina* (Foucault, 2008a, 309), o que de certa maneira equivale a uma espécie de prazo de validade ou de uso da máquina que, com o tempo, fica ultrapassada e começa a perder a capacidade nos fluxos de renda. Ou seja, na medida em que o trabalhador envelhece, sua competência diminui, acarretando a mitigação de sua remuneração.

14 SCHULTZ, Theodore W. *O capital humano: investimentos em educação e pesquisa*. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1973, 86.

15 SCHULTZ, Theodore W. *O capital humano: investimentos em educação e pesquisa*. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1973, 108.

16 SCHULTZ, Theodore W. *O capital humano: investimentos em educação e pesquisa*. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1973, 116.

Ou seja, o mercado, mediante uma formação escolar ampla e geral, cuidaria de direcionar a especialização da mão-de-obra, de modo que a constituição do capital humano seria conduzida pela própria demanda advinda do setor produtivo e o setor educacional deveria apenas acomodar tal demanda, assim como as exigências ditadas pelo mercado seriam adotadas como o ponto de calibragem entre a necessidade mercantil e a formação educacional.

Com relação às políticas educacionais o economista ainda argumenta que sua pesquisa seria um alerta para o perigo de que, no campo da educação, as políticas se voltassem apenas para metas quantitativas orientadas por relações mecânicas que não considerassem a questão básica da teoria econômica consistente em relacionar comparativamente os custos e os benefícios. Ou seja, as decisões sobre investimentos educacionais, na visão de Langoni, deveriam se subordinar aos indicadores das taxas de retorno que sinalizariam custos e benefícios das condições de oferta e demanda para os diferentes níveis de qualificação educacional do trabalhador ou diferentes níveis de *trabalho educado*, a fim de potencializar o capital-competência, em função do desenvolvimento econômico, mesmo porque, a tese de Langoni é que a educação constituiria o mecanismo de acumulação do capital humano para consubstanciar a causa do crescimento econômico brasileiro.

## 5. A decifração do indivíduo como capitalização humana

Partindo da noção de governamentalidade definida por Foucault como o conjunto constituído por instituições, procedimentos, análises, reflexões e cálculos que permitem o exercício de poder sobre a população, é possível compreender as análises e reflexões feitas por Langoni no interior de um quadro geral de programação e projeção da população brasileira na grade de inteligibilidade neoliberal, já na década de 1970. Ao mesmo tempo, e talvez por isso mesmo, a pesquisa que resultou sua tese de doutorado se insere no campo da economia política, caracterizada por Foucault como a principal forma de saber para a instrumentalização do governo de uma população. Desse modo, a sua estimativa da contribuição dos investimentos em educação em comparação com os investimentos em capital físico para o crescimento econômico do Brasil no período de 1960 a 1970 constitui, em certo sentido, um saber de governo associado à constituição de um saber em torno dos processos da população brasileira naquele período.

Muito além da vinculação institucional de seu trabalho à Universidade de Chicago, ou sua ligação à denominada Escola de Chicago<sup>17</sup>, como discípulo de

---

17 A designação *Escola de Chicago* começou a ser utilizada na década de 1950, referindo-se a um grupo de docentes pesquisadores da Universidade de Chicago ligados, especialmente, ao departamento de Economia, que se reunia em torno de discussões sobre questões de ordem econômica com base em estudos empíricos calcados na utilização de estatísticas, o que acabou por formar um corpo de ideias e pesquisas vinculadas ao pensamento econômico neoclássico, configurando uma espécie de corrente de pensamento no campo da economia.

Schultz, pela ascendência teórica desse neo-economista, as formulações da reflexão econômica de Langoni expressam aspectos da racionalidade do neoliberalismo no campo do pensamento econômico-educacional, em plena produção e circulação no Brasil, pelo menos vinte anos antes de haver algum reconhecimento generalizado ou plenamente estabelecido da presença de traços, tendências ou práticas do modo de vida neoliberal no país.

Desse modo, talvez seja possível dizer que nas elaborações de Lagoni se encontrem formulações de uma governamentalidade, na medida em que apontam instrumentações e procedimentos técnicos de governo através dos quais a educação seria mobilizada para a constituição e acumulação do capital humano como modo de condução do desenvolvimento econômico brasileiro.

Na arte neoliberal de governar, especialmente na do anarcoliberalismo americano, ao qual, se pode dizer que Langoni se filia, a figura do homem, do indivíduo dimensionado na população, deve ser considerada, seguindo a análise de Foucault, como sujeito econômico amparado pela teoria do capital humano, de maneira que isso demarca a aplicação da grade de decifração econômica a regiões ou fenômenos sociais não pertencentes propriamente à economia, generalizando o modelo econômico do mercado. “Trata-se de generalizá-lo em todo o corpo social, e generalizá-lo até mesmo em todo o sistema social que, de ordinário, não passa ou não é sancionado por trocas monetárias”<sup>18</sup>.

Na medida em que Langoni associa o investimento em capital humano ao crescimento econômico do Brasil; mais que isso, na medida em que ele atribui ao investimento no capital humano, através da educação a causa do desenvolvimento, há o entendimento de que o modelo do mercado neoliberal deve funcionar como princípio de inteligibilidade tanto das relações sociais como dos comportamentos individuais.

Cada indivíduo investido de sua condição de *homo oeconomicus*, seria assim, considerado uma unidade de produção, um agente não só de seu crescimento pessoal comportando-se economicamente frente aos seus próprios desafios individuais, mas também um agente social do desenvolvimento econômico, de modo que assim, a análise partiria do ponto de vista daquele indivíduo que tomasse a decisão de investir na constituição de seu capital humano. Claro que isso não quer dizer que nessa atribuição ao sujeito individual se considere nele aspectos antropológicos ou sociológicos. Ao contrário, o sujeito é tomado pelo aspecto que o envolve na rede de inteligibilidade de seu comportamento econômico, ou seja, o sujeito é tomado somente como *homo oeconomicus*, indivíduo capaz de alocar meios raros para fins alternativos.

Portanto, acompanhando as análises de Foucault, considerar o sujeito como *homo oeconomicus* não implica uma assimilação antropológica de todo comportamento a um comportamento econômico. Ou seja, considerar o sujeito

---

18 FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica*. Martins Fontes, São Paulo, 2008, 333-334.

como *homo œconomicus* implica que o gradiente de decifração do comportamento do indivíduo seja aquele cuja métrica equilibra os investimentos que ele realiza em função dos recursos raros frente aos fins alternativos, o que também equivale dizer que o indivíduo só se torna governamentalizável na medida em que se configura como *homo œconomicus*, quer dizer, só se pode agir sobre ele, na medida em que esteja investido dessa condição de sujeito econômico. “Ou seja, a superfície de contato entre o indivíduo e o poder que se exerce sobre ele, por conseguinte o princípio de regulação do poder sobre o indivíduo, vai ser essa espécie de grade do *homo œconomicus*. O *homo œconomicus* é a interface do governo e do indivíduo”<sup>19</sup>.

O que faz com que o indivíduo tenha o seu comportamento adequado ao modelo econômico e sua existência ajustada à lógica da economia, — de modo que sua própria vida entre na esfera do mercado — é aquilo que permite a sua decifração como homem econômico, nessa grade de inteligibilidade. É isso que opera como um catalizador que funciona na dinamização da ação do indivíduo na condução de sua conduta. Dito de outro modo, trata-se do gradiente racional que põe em relação o sujeito com o poder que é exercido sobre ele. Trata-se daquilo que faz com que o sujeito seja governamentalizado, em certo sentido, caracterizando-o por uma plasticidade comportamental, cuja variação se sujeita às modificações da realidade do meio em que se encontra.

## 6. Conclusão: o *trabalho educado* no mercado da vida brasileira

É possível dizer que a educação, entendida por Langoni como investimento no capital humano, seria o fator que tornaria o indivíduo governamentalizável, na medida em que a grade decifração aplicada ao comportamento educacional seria a do *homo œconomicus*, de modo que importaria ao indivíduo brasileiro, fosse ele um estudante, um trabalhador ou um pai de aluno, seria alocar recursos raros ou escassos, na expressão de Schultz, para fins alternativos, de maneira que o objeto da análise econômica não seria outra coisa senão o investimento educacional para renda futura.

Nesse raciocínio pode-se entender o *homo œconomicus* como o correlato do indivíduo escolarizado, de maneira que a educação, como instrumento de biorregulação cumpriria a função de interconectar o indivíduo com o governo (neoliberal). Ou seja, percebe-se no discurso de Langoni, que o gradiente do *homo œconomicus*, modulado pela biorregulação da educação como constituição do capital humano, deveria funcionar como o ponto de contato do indivíduo com o poder a ser exercido sobre ele para o ajuste de seu comportamento às lógicas econômicas. Se, para Schultz o enigma enfrentado pelos economistas acerca do crescimento econômico teria no capital humano a sua chave de decifração, a grade

---

19 FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica*. Martins Fontes, São Paulo, 2008, 345-346.

de inteligibilidade do *homo œconomicus* oferece a abertura para o governo do indivíduo, para a incidência do poder sobre ele. “O *homo œconomicus* é aquele que é eminentemente governável”<sup>20</sup>.

No final da última aula do curso *Nascimento da biopolítica*, referindo-se a regulação da tecnologia governamental moderna pela racionalidade, Foucault argumenta que, na atualidade, o governo não é mais regulado pela racionalidade do Estado, mas pela racionalidade daqueles que são governados como sujeitos econômicos, de modo que a característica da racionalização da arte (neo)liberal de governar encontra-se no comportamento racional daqueles que são governados. Ao mesmo tempo, ele observa que toda uma série de racionalidades governamentais se embaralham e se amalgamam na arte de governar do presente. “São todas essas diferentes artes de governar, essas diferentes maneiras de calcular, de racionalizar, de regular a arte de governar que, acavalandando-se reciprocamente, vão ser, grosso modo, objeto do debate político desde o século XIX”<sup>21</sup>.

Considerando as formulações de Langoni, como um exemplo dessa racionalidade, pode se dizer que não foi exatamente a partir do final do século XX, já no limiar do XXI, com uma legislação educacional ou com programas educacionais estatais, com um plano de reestruturação econômica ou mesmo com a reforma do Estado brasileiro que a razão neoliberal mercantil tenha escapado do campo econômico e provocado efeitos que se propagaram na vida social brasileira, especialmente, no campo da educação. O fogo lento dessa racionalidade já vinha se consumindo, sendo bafejado, se alastrando e ganhando espaço, produzindo discursos, criando lastros e conformando o pensamento econômico-educacional desde o início da década de 1970, num processo de combustão da circunspeção do mercado na alma brasileira para *educar o trabalho*. Agora, na atualidade dos nossos dias, o sopro do dragão se intensifica e a labareda, cada vez mais vigorosa, impiedosamente, chamusca a formação humana, praticamente fazendo de todos e de cada um de nós, reféns do mercado comum da vida humana. Restamos enfrentar o dragão e decifrar seu enigma inventando modos de resistência e diferentes formas de vida que escapem à norma de existência definida pelo neoliberalismo...

---

20 FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica*. Martins Fontes, São Paulo, 2008, 369.

21 FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica*. Martins Fontes, São Paulo, 2008, 424.

## Referências

- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. Trad. Mariana Echalar. Boitempo, São Paulo, 2016.
- FOUCAULT, Michel. *Segurança, território e população*. Trad. Eduardo Brandão. Martins Fontes, São Paulo, 2008.
- FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica*. Trad. Eduardo Brandão. Martins Fontes, São Paulo, 2008.
- LANGONI, Carlos Geraldo. *As causas do crescimento econômico do Brasil*. Apec Editora S. A., Rio de Janeiro, 1974.
- LOPES, Gustavo. “LANGONI, Carlos Geraldo”. In: ABREU, Alzira Alves de et. al. (orgs.) *Dicionário histórico biográfico brasileiro pós-1930*. v. III, FGV/CPDOC, Rio de Janeiro, 2001 (2ª edição), 3019-3020.
- RODRIGUES, Léo. “Ex-presidente do Banco Central, Carlos Langoni morre de covid-19” In.: Agência Brasil. Disponível em: [<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2021-06/ex-presidente-do-banco-central-carlos-langoni-morre-de-covid-19>].
- SCHULTZ, Theodore W. *O capital humano: investimentos em educação e pesquisa*. Trad. Marco Aurélio de Moura Matos. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1973.